



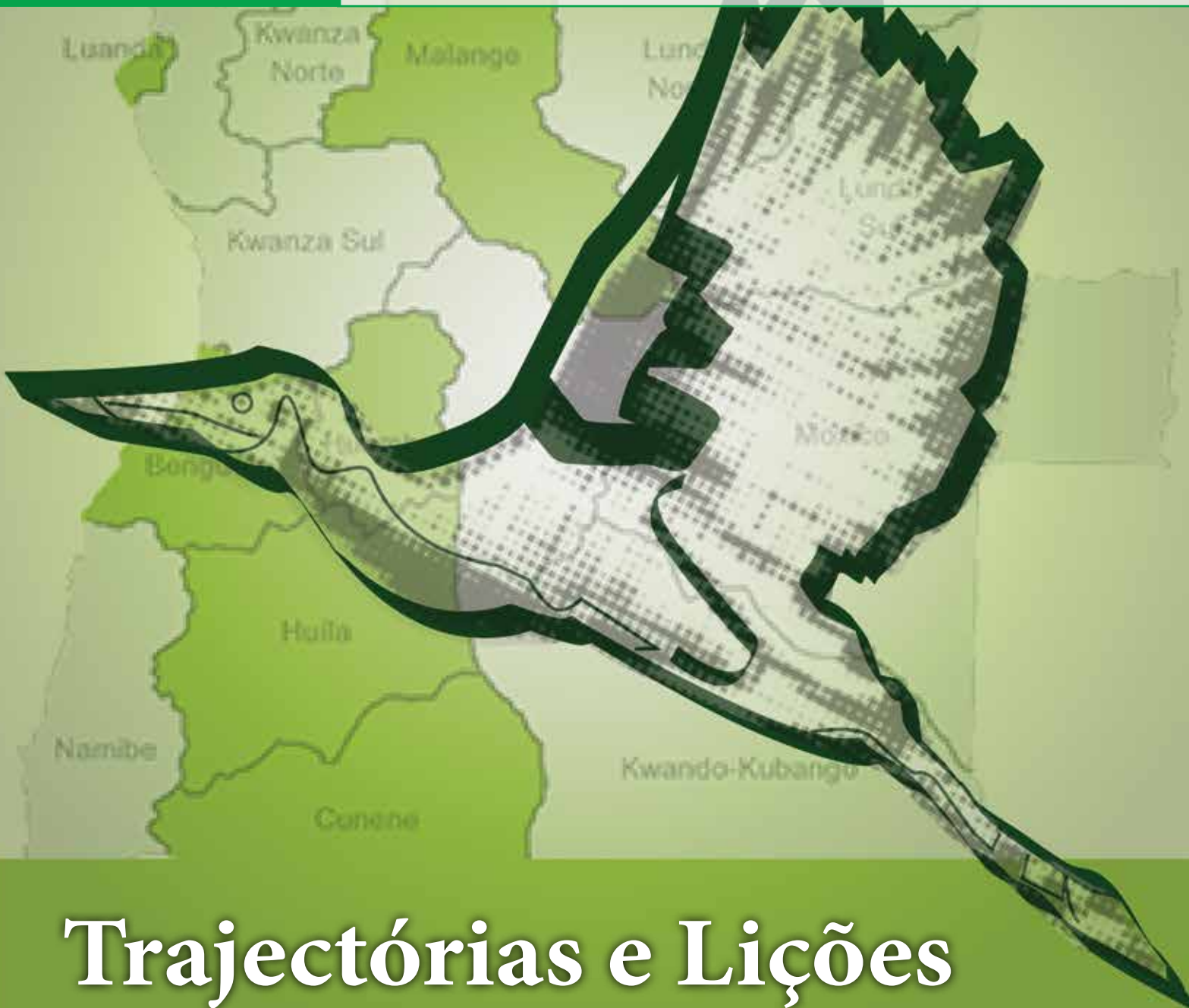
Belinha Pedro:
A pérola do Tunda do Chianje



**Recomendações do OPISA
e ADRA sobre o OGE
Revisto 2020**

BOLETIM HUMBI-HUMBI

Publicação Trimestral Sobre as Comunidades ■ Edição Nº1 ■ Outubro 2020



Trajectórias e Lições dos 30 anos da ADRA



CONFIAR É ACREDITAR EM NÓS



Somos uma organização não governamental angolana comprometida com a construção de um desenvolvimento democrático e sustentável, social, económico e ambientalmente justo, com o processo de reconciliação nacional e a paz para Angola



Tef: +244 222 396 683

Email: adra.administracao@adra-angola.org

www.adra-angola.org

www.facebook.com/adraangola.adra

WhatsApp da ADRA – 943 203 634

Praceta Farinha Leitão nº27, 1ºAndar, Dto, C.Postal 3788, Maculusso, Luanda - Angola



FICHA TÉCNICA

Propriedade

ADRA-EDITORIA-HUMBI-HUMBI

Direcção Geral

Carlos Cambuta

Supervisão

Cecília Kitombe

Revisão

Conselho Directivo da ADRA

Redacção

Domingas Neto

Alice Peso

Sabino Salussinga

Eliseu Mababa

Paulino Chamuene

Colaboração

Domingos Major

Sandra Faustino Pontes

Apoio Editorial

Sebastião Panzo

Infografismo/ Paginação

Jadd Santos

Tiragem

500 Exemplos



**Director Geral da ADRA
Carlos Cambuta**

O PODER DE SER ADRA

Quando um grupo de cidadãos nacionais entenderam criar a ADRA em 1990 com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento do país, em especial do meio rural, sonhavam por uma Angola com cidadãos fortes e capazes de resolverem os seus próprios problemas, tendo em conta os recursos que dispõem a nível local, incluindo o quadro legal.

Naquela altura, para algumas pessoas, pensar num projecto de reforço de capacidades de cidadãos no sentido de serem eles próprios agentes de desenvolvimento das suas comunidades, era uma pura utopia e mais alguma coisa parecida a isso. Na verdade, essas pessoas não deixavam de ter razão porquanto o contexto de 1990 esteve marcado por conflito armado com todas as suas implicações negativas, além de incertezas sobre o actual processo da construção de um estado democrático e de direito. Mas, é essa utopia que sempre norteou a acção da ADRA no sentido de que se deve manter o voo do Humbi-Humbi ao mais alto possível em procura de novos horizontes.

Apesar de vários desafios do actual contexto político, económico, ambiental, social e cultural, é com orgulho que no ano de 2020 celebramos os 30 anos de existência da Organização. Constatamos hoje, com orgulho, que em zonas onde trabalhamos, os cidadãos organizados em associações e cooperativas discutem os seus desafios em interação com as autoridades locais do Estado, apresentando não só os problemas mas também as respectivas soluções. Orgulhamo-nos, igualmente, ao constatar as instituições do Estado cada vez mais abertas ao diálogo com a sociedade civil e a compreensão gradual da sociedade sobre a importância da

participação dos cidadãos na vida pública.

Um outro facto que nos orgulha é a contribuição da nossa Organização na formação e no desenvolvimento do capital humano para o país. A nível da Administração Pública, Central e Local, há responsáveis que começaram a dar os seus primeiros passos de trabalho na Organização e, por isso, muitos definem a ADRA como uma escola da vida e para a vida, tal como refere, neste Boletim, a Dra. Maria João Chipalavela, actual Vice-Governadora Provincial da Huíla para a Esfera Política e Social.

Não temos muito espaço para descrever o significado de alguns factos que nos orgulham como partes integrantes da sociedade civil, mas destacamos a relevância da participação no desenvolvimento das comunidades. Aprendemos ao longo desses 30 anos que “o caminho faz-se caminhando” com a participação de cidadãos nos mais variados processos de desenvolvimento. Esse segredo – de procurar permanentemente engajar os cidadãos nos projectos de desenvolvimento das comunidades – é um elemento crucial na medida que garante continuidade de processos, conforme revelam Fernando Pacheco, Luís Augusto Monteiro e Belarmino Jelembi, neste Boletim durante uma entrevista em que foram desafiados a apontarem pelo menos 10 lições aprendidas na gestão da ADRA enquanto Directores Gerais em diferentes épocas. De facto, a participação da população no ciclo de projectos garante sustentabilidade de processos. Em todos os 25 municípios de intervenção nas províncias de Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Malanje e Luanda, alguns projectos implementados pela Organização culminaram há mais de uma década, mas as lições aprendidas continuam a fazer parte da cultura de trabalho das populações locais.

Apesar das conquistas que nos orgulham, devemos reconhecer que o caminho para uma vida melhor para todos e para todas ainda é longo, mas as lições aprendidas serão determinantes para continuar a contribuir para o alcance deste propósito maior.

Estamos juntos!



REALIZADA XXVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ADRA

Decorreu, no mês de Setembro, a XXVI Assembleia Geral Ordinária da ADRA, via plataforma Zoom, tendo contado com a participação de 52 membros.

Ao analisar os assuntos constantes na agenda de trabalhos, concluiu e deliberou o seguinte:

1. Aprovou a acta da 25ª Assembleia Geral Ordinária e ratificou a admissão de 9 candidatos a membros da Organização.

2. Apreciou e aprovou o relatório de actividades de 2019 e debruçou-se sobre o contexto geral do país, tendo destacado como principais eventos ocorridos neste período, marcado por um aparente aprofundamento dos direitos cívicos e políticos, uma abertura do Executivo para o diálogo com os diversos actores da sociedade. Em contrapartida acentuou-se a degradação das condições de vida das populações, face a crise económica e financeira. Constatou terem se registado também importantes avanços no domínio das políticas públicas em diferentes domínios sociais e económicos do país, destacando-se, nomeadamente, o Programa de Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), o Orçamento Participativo, o Programa de Transferências Monetárias, o Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), o Projecto de Implementação de Caixas Comunitárias, o Projecto Minha Terra, e o Programa de Combate a Seca, apesar de se verificarem dificuldades na sua implementação.

3. Enalteceu os esforços empreendidos pela ADRA em 2019, na implementação de um número considerável de projectos orçados em mais de 2 milhões de dólares americanos. Manteve a sua acção em 24 municípios do país, dos 25 previstos no Plano Estratégico 2018-2022 e apoiou 16.264 produtores agrícolas familiares assim como pequenos empreendedores periurbanos, dos quais 49,4% são mulheres, o que corresponde a 78,7%, do universo de beneficiários que a organização pretende apoiar neste período.

4. Aprovou as contas da ADRA bem como o



relatório do Conselho Fiscal referente ao ano de 2019 com emendas. Apreciou e aprovou também com emendas o documento-proposta de Política de Gestão de Conflitos de Interesses que visa estabelecer um conjunto de mecanismos e regras, para prevenir, identificar, acompanhar e gerir potenciais conflitos de interesse. Instituiu um grupo de trabalho para, num prazo de 45 dias, elaborar o documento final e manditou o Conselho Directivo para a respectiva aprovação. Deliberou, finalmente, que a Política de Gestão de Conflitos de Interesses seja actualizada de 3 em 3 anos na sua sede.

5. Apreciou e aprovou o documento-proposta de Revisão dos Estatutos, tendo deliberado sobre: a admissão e readmissão de associados; a composição dos conselhos directivo e fiscal; a criação de um Conselho Consultivo e a tomada de posse dos Directores das estruturas locais da Organização, as Antenas.

6. Sobre as comemorações do 30º aniversário da ADRA, aprovou o lema e a nova logomarca da Organização.

7. Ao ser informada sobre o pedido de reconhecimento da ADRA pelo Estado, como Instituição de Utilidade Pública, que se arrasta desde 2009, a Assembleia Geral manifestou o seu profundo desapontamento pela demora que se regista no processo e deliberou que o Presidente da Assembleia Geral envie carta, remetendo o dossier directamente ao Presidente da República.

Comunicado final da Assembleia Geral



ANGOLA ENTRE OS PAÍSES COM MENOR ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTAL

O International Budget Partnership (IBP), uma instituição internacional independente e sem fins lucrativos com sede nos Estados Unidos da América e com escritórios em vários países, realiza a cada dois anos um Inquérito do Orçamento Aberto em mais de 100 países, em parceria com distintas instituições, a fim de compreender a situação da transparência, da participação pública e da fiscalização orçamental no mundo.

Em Angola, o IBP tem colaborado com a ADRA e esta com o Observatório Político Social de Angola (OPSA), na recolha, tratamento e análise de informação que obtém através das páginas de internet do Ministério das Finanças, da Assembleia Nacional, do Tribunal de Contas e de outras fontes oficiais.

Fruto da colaboração com a ADRA e com o OPSA, em Angola, e com instituições de outros países, aquela instituição publicou, em Abril últi-

mo, através de uma conferência virtual, resultados do seu sétimo Inquérito do Orçamento Aberto de 2019, realizado em 117 países, incluindo Angola.

Segundo o Inquérito em referência, Angola tem uma pontuação de 36 (em uma escala de 0 a 100) em relação à transparência orçamental, 9/100 quanto a participação pública no ciclo do Orçamento do Estado e 33/100 no que se refere à fiscalização orçamental.

Apesar dos ligeiros progressos que se verificaram em relação ao ano de 2017, onde Angola teve uma pontuação de 25 (em uma escala de 0 a 100) em relação à transparência, 7/100 à participação pública e 33/100 à fiscalização orçamental, o país ainda não disponibiliza informação orçamental suficiente aos cidadãos e este facto reflecte-se tanto na baixa participação pública como na baixa fiscalização orçamental.

Texto: **Carlos Cambuta**



PRODUÇÃO DE HORTÍCOLAS REVIGORA COMUNIDADE DE SHANGALA

Para os visitantes, as culturas de tomate, cebola, pimento, quiabo e couves, podem ser apenas uma boa amostra da horta da associação da Shangalala, no município de Ombandja (Cunene), mas ela está a transformar as vidas de homens como Graciano Hiatale.

Ele é um dos membros da Associação responsável pelo cultivo de uma área de 45 m²/75m², cuja dedicação está a ajudar os processos de cultivo de hortícolas para a diversificação da produção agrícola do espaço do terreno da Associação Agrícola Shangalala.



Além da horticultura, nas suas lavras individuais os membros da associação têm cultivado massango, massambala, feijão frade e abóbora.

Texto: **Alice Peso**

ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS SATISFEITAS COM OS RESULTADOS DAS CAIXAS COMUNITÁRIAS

Para a ADRA, o micro-crédito constitui uma estratégia de combate à pobreza através da qual propõe-se intervir junto das comunidades, com recurso à parceria com instituições financeiras estatais. As Caixas Comunitárias têm como objectivo facilitar o acesso aos bens e serviços bancários dificultados pelo excesso de burocracia.

Líderes de cooperativas demonstraram alegria e satisfação com a linha de crédito que permite a constituição de caixas comunitárias.

“Hoje, temos uma caixa comunitária com mais de 2 milhões de kwanzas e os membros da cooperativa recebem dinheiro de crédito na comunidade através da caixa comunitária”, disse Domingos Moco, presidente da cooperativa Ndende Jongolo.

“As coisas que hoje temos, só as sonhávamos. Nunca pensamos que um dia as teríamos”, acrescentou.

Domingos Moco falava numa sessão que foram apresentados depoimentos na sequência da apresentação dos resultados do projecto Grande Plutónio, no município da Ganda (província de Benguela), salão nobre da Administração Municipal, com a participação de 31 pessoas das

quais 8 mulheres entre membros das associações e cooperativas, representantes de instituições públicas locais e quadros da ADRA.

Ao longo dos últimos 15 anos a ADRA, em parceria com companhia petrolífera British Petroleum (BP), realizou um investimento na estruturação de associações e cooperativas em Benguela e no Huambo, na lógica orientada para o provimento de serviços económicos para produção de serviços aos produtores agrícolas familiares, sendo este último implementado no período de 2018 à 2020 nas províncias de Benguela (municípios do Cubal e Ganda) e Huambo orçado em 750 mil USD.

Este projecto beneficiou directamente 106 pessoas das quais 70 mulheres, tendo atingido mais 642 beneficiários indirectos.

Como resultado pode-se evidenciar a melhoria considerável dos processos organizacionais desde a legalização da cooperativa, melhoramento da prática da agricultura, criação de serviços de prestam assistência técnica agropecuária, produção de culturas de rendimento e rotação de culturas, criação de caixas comunitárias para cedência de créditos para as actividades agrícolas.

Texto: **Paulino Chamuene**



TRIO DE DIRECTORES DA ADRA INTEGRA O CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

O Director Geral da ADRA, Carlos Cambuta, faz parte dos 45 integrantes do Conselho Económico e Social (CES) criado no mês de Setembro pelo Presidente da República de Angola, João Lourenço.

Fazem ainda parte deste conselho de auscultação, dois membros da ADRA, nomeadamente Sérgio Calundungo, Coordenador do Observatório Político e Social de Angola (OPSA) e Belarmino Jelembi, actual Director Geral do Fundo de Apoio Social (FAS), ambos antigos directores da ADRA, de 2007 a 2012 e 2012 a 2019 respectivamente.

O Conselho Económico e Social (CES) é um órgão que tem como objectivo receber contribuições da comunidade empresarial, das cooperativas, da comunidade científica académica,



das associações que se ocupam do desenvolvimento sócio-económico da mulher e dos jovens, assegurando assim uma participação mais activa destes nos aspectos de programação e de execução das tarefas do desenvolvimento nacional.

Texto: **Domingas Neto**

Breves...Breves

RELATÓRIO – Os relatórios sobre o acesso ao registo de nascimento, a água e alimentação foram apresentados em Luanda no mês do Junho. Os três relatórios são estudos feitos no âmbito do projecto Okulonga nos municípios de Calandula, Kiwaba Nzoji, Quela e Malanje, na província de Malanje. Os mesmos estão disponíveis no site da ADRA.

PLANO – Um plano para mitigar os impactos socioeconómicos da COVID-19 e da dependência do petróleo, o Ministério da Agricultura e Pesca implementa o Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar “PIAAPF” para incrementar a produção nacional em pelo menos 15 à 25% bem como os investimentos nas cadeias de valor já está disponível para consultas.

BANDA DESENHADA - A ADRA, com o apoio do Grupo África da Suécia (Afrikagrupperna) e do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura (IPA), produziu e lançou no mês de Junho, a Banda Desenhada intitulada “VIH/SIDA na nossa comunidade”, com o objectivo de contribuir para o aumento da sensibilização e consciencialização em torno da

temática do VIH/SIDA. O trabalho é uma adaptação a banda desenhada elaborada pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados em Moçambique.

LANÇAMENTO - A ADRA-Huíla e Cunene, Simione Chiculo, apresentou, em Junho, na província do Cunene, o projecto Participação Juvenil para o Desenvolvimento Local de Angola - PAJUDEL. O projecto, voltado à promoção do desenvolvimento juvenil, tem a duração de dois anos e seis meses e vai abranger no total 699 jovens dos quais 250 mulheres, dentre eles representantes de 19 organizações juvenis, sendo nove de Ombandja e três da Cahama (Cunene) e sete da Bibala (Namibe). Em verdade, está em carteira o financiamento de dez microprojectos de pequenas iniciativas no valor de 30 mil Euros, que vão contribuir para o empreendedorismo juvenil, estimulando o auto-emprego. O projecto PAJUDEL tem como objectivo principal aumentar a participação das organizações juvenis da sociedade civil no processo de formulação, implementação e monitoria de políticas públicas em Angola. O PAJUDEL é co-financiado pela União Europeia e pela Ajuda das Igrejas Norueguesas.



CRÉDITO TRANSFORMA VIDA DE AGRICULTORES

A vida reserva, algumas vezes, surpresas até para um agricultor experiente como Pedro Henda, depois de ter recebido um pequeno financiamento.

“Esse apoio que estão a nos dar que não pare, pois mesmo com o pouco que recebemos está a ajudar-nos a ter muito”, afirma Henda.

“Pedi Akz. 40.000 mas tirei lá mais de Akz.350.000, o que ocorreu só ainda na primeira colheita. Falta a segunda”, disse.

Pedro Henda é um dos beneficiários de pequenos financiamentos concedidos para reforçar a capacidade de produção agrícola de camponeses nos municípios do Cubal e Ganda.

Pedro Henda solicitou um crédito de Akz.40.000,00.

Com este valor, comprou duas latas de semente de tomate “tipo ferro”, três frascos de insecticida e colocou toda a sua esperança na produção do tomate, numa altura em que na sua localidade poucos produtores apostam no tomate devido as pragas.

Como resultado, colheu 35 caixas de tomate, só na primeira colheita. Vendeu cada caixa produzida ao preço de 10.000 kz.

Pedro Henda falou sobre o seu sucesso durante uma monitoria feita pela ADRA-Benguela, para ver os resultados da produção obtida por intermédio dos micro-projectos apoiados no âmbito do projecto Grande Plutónio.

O financiamento consiste na criação de caixas comunitárias para o reforço das actividades agrícolas de camponeses, que por



intermédio da elaboração de planos de negócio, recebem determinada verba para investir na produção, a título devolutivo, a que se acrescentam pequenos juros sobre o empréstimo.

Os valores cedidos a crédito dependem do plano de negócio apresentado, mas em média variam entre Akz. 30.000,00 a Akz. 250.000,00.

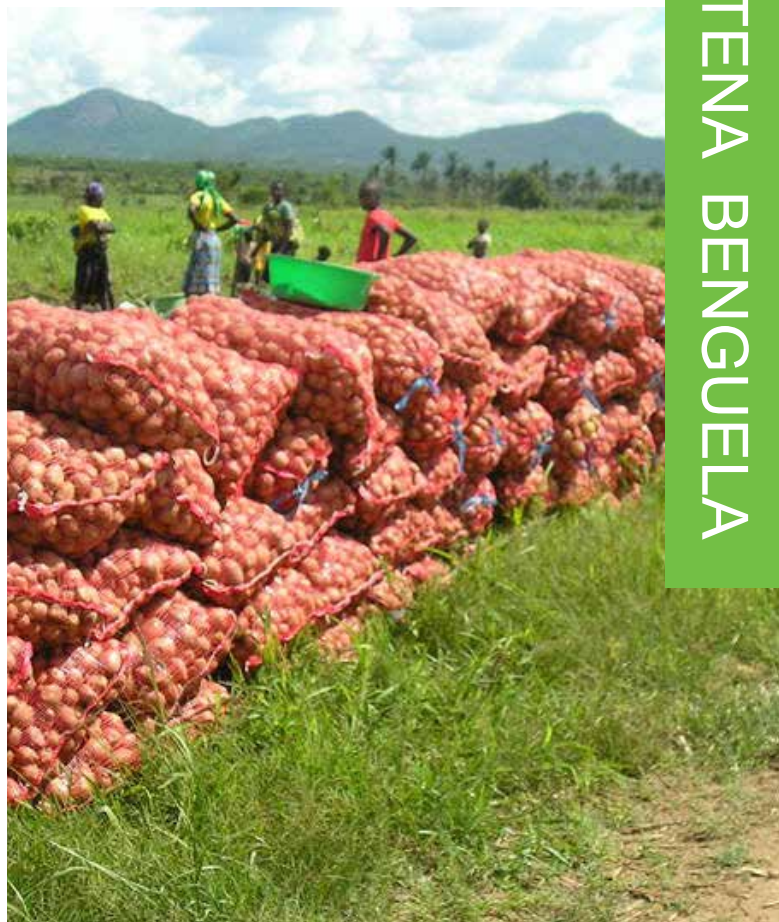
O projecto de que Pedro Henda é beneficiário abrange um leque de nove cooperativas agrícolas. Está a ser implementado desde 2017 e é financiado pela British Petroleum (BP) nos municípios do Cubal e Ganda.

A vida reservou a Pedro Henda uma boa surpresa.

Agora, ele quer que se replique para outros, seus vizinhos.

“Jamais desistam. Continuem a ajudar-nos”, apelou Pedro Henda.

Texto: **Paulino Chamuene**





APOIO À COMERCIALIZAÇÃO NO LÉPI

Rosária Domingos e Eugénio Augusto acabam de ganhar uma nova esperança quanto ao escoamento e comercialização de produtos agrícolas no município do Longonjo: uma carrinha doada.

“Com esta carrinha, os problemas que enfrentamos no escoamento dos produtos para outros mercados ficam por aqui”, afirma Rosária Domingos.

“Vamos aumentar os níveis de produção, com base na realização de estudos de mercado de Benguela e Luanda”, acrescenta.

Rosária Domingos é membro e secretária da Associação Twapama, uma organização constituída totalmente por mulheres e sedada na comuna do Lépi.

Entretanto, quem partilha a alegria de Rosária Domingos é Eugénio Augusto, Presidente da Cooperativa Flor do Campo.

“A chegada da viatura ao Lépi surge como solução dos problemas que estão a enfrentar no escoamento dos seus produtos do campo para as cidades. Existindo um meio de transporte, embora administrativamente propriedade da Associação Twapama, também vai prestar serviços a outras associações e cooperativas. Logo, é o município que sai a ganhar, assim como as próprias comunidades”, disse.

A viatura, uma carrinha de marca Mitsubishi Canter, foi doada pela British Petroleum (BP) Angola, no âmbito da implementação do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento de Cooperativas



Agrícolas nas províncias do Huambo e Benguela, como resultado da continuidade do processo de intervenção já iniciado desde o ano 2000.

“A carrinha tem uma elevada importância para o desenvolvimento das actividades agrícolas, quer na produção como na comercialização, olhando para os desafios que se colocam para o alcance dos resultados que garantem o bem-estar das associações e cooperativas do Longonjo, especialmente da comuna do Lépi”, afirma o Administrador Municipal Bonifácio Vissetaca.

A carrinha de marca Mitsubishi Canter mobiliza a atenção da região.

Na sua entrega, membros da Associação Twapama, quadros da Administração Municipal do Longonjo, Gabinete Provincial da Agricultura, Gabinete Provincial do Acção Social, Família e Igualdade do Género, Autoridades Tradicionais e Religiosas, bem como os Quadros da Administração Comunal do Lépi, participaram do acto.

Ao longo dos últimos três anos, a implementação do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento de Cooperativas Agrícolas tem, pelas mãos da ADRA Huambo, ajudado associações e cooperativas a revolucionarem as suas acções.

Entre os resultados da iniciativa, contam-se a constituição de caixas comunitárias, financiamento em planos de produção, planos de negócios, entre outras actividades que contribuem para o desenvolvimento das comunidades, com base na equidade e justiça de género.

Agora, Rosária Domingos acredita que a sua e a vida das suas colegas jamais voltará a ser a mesma.

“A nossa associação tem mulheres que são pai e ao mesmo tempo mãe. Estas se empenham tanto para garantir a alimentação, educação e saúde dos filhos e com vinda dessa carrinha, o fundo da Associação vai crescer a renda familiar vai aumentar”, disse Rosária Domingos.

Texto: **Sabino Salussinga**



A doação da viatura aconteceu antes do aumento do surto da pandemia da COVID -19





VISITA REAVIVA MEMÓRIA DA GOVERNANTE NA ADRA

Maria João Tchikalavela é um nome familiar no meio político na Huíla e não só, mas antes foi líder na ADRA.

“A ADRA é uma grande escola e fruto disso somos nós”, recorda. Maria João Tchikalavela é hoje a vice-governadora para o Sector Político, Económico e Social da província da Huíla. A governante visitou, recentemente, o escritório da ADRA - Huíla para interagir com os quadros, num momento em que estes participavam de encontro técnico metodológico.

Maria João Tchikalavela partilhou as suas memórias e a sua ligação à ADRA, numa relação iniciada no 1990, começando com o projecto de Fortalecimento das Organizações de Base, no bairro Sofrio, cidade do Lubango.

“Naquela altura havia dois tipos de intervenção: peri-urbano e rural. E eu coordenei o peri-urbano, tendo sido uma fase muito interessante sobre abordagem comunitária e de muito conhecimento sobre a realidade das comunidades”, referiu.

“Maior parte dos quadros que passaram por esta organização têm postos de referência na sociedade. E esta é a marca da ADRA: investir nas pessoas em termos de conhecimentos e dotá-las de ferramentas para a vida toda”, concluiu.



Maria Tchikalavela encorajou ainda a nova geração a continuar a preservar a filosofia, os valores, a missão, a visão e os princípios que regem a Organização, no sentido de não perder a essência.

A governante, dirigiu a ADRA, na província da Huíla, no período de 1996 a 2001.

“Continuem a trabalhar com espírito de missão”, encorajou Maria João Tchikalavela.

Texto: **Alice Peso**

SUPLEMENTO

ANOS
1990 - 2020



SEGREDOS, TRAJECTÓRIA E LIÇÕES NOS 30 ANOS DE ADRA

EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES DE TRÊS DÉCADAS

Quando se convida a olhar para a trajectória dos últimos trinta anos de ADRA, as lições variam, mas fica o orgulho de cada um dos contribuintes deste suplemento especial ter experimentado a cultura da nossa organização.

A professora, licenciada em Pedagogia pela Universidade Agostinho Neto, Maria Teresa Victória, a actual Presidente do Conselho Directivo da ADRA, por exemplo, começou sem visão nem experiência sobre as organizações não-governamentais.

Vinte seis anos depois, fala da sua trajectória, dos desafios de liderança, do percurso devotado a transformar a vida dos membros das comunidades rurais e da entrega de legado aos novos quadros.

Entretanto, em dez lições, os antigos líderes da ADRA Fernando Pacheco, Luís Augusto Monteiro (Sila) e Berlarmino Jelembi, lembram do seu percurso na instituição.

Boa leitura





MARIA TERESA VICTÓRIA “OS LÍDERES ERAM MONITORES E AUTO-EXIGENTES”

Professora, licenciada em Pedagogia pela Universidade Agostinho Neto, Maria Teresa Victória, a actual Presidente do Conselho Directivo da ADRA, começou sem visão nem experiência sobre as organizações não governamentais. Vinte seis anos depois, fala do seu percurso, dos desafios de liderança, do percurso devotado a transformar a vida dos membros das comunidades rurais e da entrega de legado aos novos quadros da organização

Boletim Humbi-Humbi (BHH)- Foi uma das primeiras técnicas da ADRA. Conta-nos um pouco dessa experiência.

Resposta (R): A intervenção da ADRA na província de Benguela teve início em 1993, na povoação do Luacho, comuna do Dombe Grande, município da Baía Farta. Eu comecei a trabalhar na ADRA em Julho de 1994, num projecto denominado “Catumbela/93” que apoiava cerca de 4 mil famílias, maioritariamente ex-trabalhadores da então açucareira 1º de Maio, na Catumbela que, em função das consequências da guerra urbana que se vivia na altura, ficaram desprovidos de bens e serviços. Ou

seja, ficaram pobres.

A proposta para o concurso partiu de Pompílio, pessoa amiga que exercia o cargo de administrador do projecto na altura, havendo necessidade de contratar alguém de sexo feminino, para trabalhos relativos às mulheres beneficiárias das comunidades da Catumbela.

Sem visão nem experiência sobre questões das ONGs na altura, sendo funcionária pública de cultura completamente diferente, até porque estava em voga fazer parte deste movimento, não desperdicei a oportunidade e aceitei o desafio.

Das seis candidatas ao concurso, sob jurado de técnico brasileiro que na altura reforçava as equipas devido a sua experiência em matéria de desenvolvimento comunitário, acabei sendo apurada com a função de animadora comunitária.

BHH- Agarrou a oportunidade ...

R: Sim. apesar dos termos de referência personalizados, na altura o contexto exigia uma



intervenção multidisciplinar que nos obrigava a intervir em todas as áreas temáticas e geográficas, sem limitações de horário, com espírito de criatividade permanente, na busca de melhor via pela esperança de um futuro melhor. Nas reuniões verificávamos que as pessoas não acreditavam em si, estavam muito mais preocupados com a sobrevivência diária.

Em termos de condições de trabalho carecíamos de quase tudo: a equipa funcionava num único espaço precário alugado, sem transporte para levar bens (insumos agrícolas, cobertores, comida pelo trabalho e outros) que eram alugados a preços mais baratos e, por conseguinte de maior riscos; os meios de comunicação para uma vasta equipa numa área geográfica extensiva como é a Catumbela porquanto intervínhamos em 5(cinco) zonas, 11 (onze) bairros e em todo o perímetro de regadio. Por exemplo, na distribuição dos bens aos camponeses era imperativo trepar sobre a carga nos camiões e chamar 1(um) a 1(um) por meio de lista de controlo, o que às vezes durava o dia inteiro para alcançar cerca de 1500 pessoas. Porém, terminávamos com a certeza de que todos haviam recebido. A título preventivo, para além dos insumos, o camponês também recebia produtos para proteger as sementes.

BHH- Havia também forte aposta no capital humano ...

R: Ao nosso nível, as formações, treinamentos e encontros com equipas de outros projectos da ADRA nomeadamente Malanje (“paz e desenvolvimento”), Huila (“paz e desenvolvimento”), Sofrio e Caluva, Gambos, Luanda/Bengo, Luacho, serviram de espaços importantes para socialização, trocas e acumulação de experiências graças às quais foi possível fazer o reordenamento permanente das nossas intervenções. Por exemplo, antes de irmos ao terreno (talhão ou bairro) para reunir ou fazer assistência técnica ao camponês, recebíamos aportes metodológicos do técnico brasileiro. Outra prática era obrigatoriedade do uso do caderno de campo onde registávamos tudo o que fazíamos no terreno e era entregue todas as sextas-feiras ao técnico brasileiro (assessor da equipa de campo), partindo dos quais preconizava o seu plano metodológico.

A acumulação das experiências era sustentada

pelo sistema de avaliação que, ao contrário da função pública, incidia nos resultados de aprendizagem individual dentro da equipa cuja autonomia que a instituição nos dava colocava os líderes na posição de monitores, deixando-nos cada vez mais auto-exigentes porque cabia-nos apresentar resultados constantemente. Penso que são todos estes factores que serviram de estímulo para a minha permanência e consequente acumulação de experiência que fui tendo ao longo destes anos.

“Além das competências que adquiri ao longo destes anos, um dos ensinamentos que levo para toda a vida é a valorização do saber dos outros”

BHH - Pode citar alguns projectos que marcaram a sua trajectória?

R: Cada projecto que participei era diferente do outro, mas as minhas maiores experiências foram de projectos ligados a pequenos empréstimos ou como chamamos projectos de microcréditos. O projecto Catumbela/93 foi o mais marcante pois foi onde aprendi o “abc” de intervenção em desenvolvimento comunitário. O outro projecto foi o “Calumbutão”, o segundo que participei, pois era de concessão de crédito cujos beneficiários eram os antigos combatentes. Esse projecto foi como um laboratório, porque o “Calumbutão” foi o projecto onde nós fizemos experiência de crédito com dinheiro. Na Catumbela o crédito era em espécie, portanto a gente dava sementes em troca recebia milho; dava fardo e devolviam dinheiro para comprar mais fardo para dar a outras pessoas. a este método chamava-mos “fundo rotativo”. Já no “Calumbutão” disponibilizavam-se valores monetários a título devolutivo, via instituições bancárias, e, ao mesmo tempo, davam-se formações afins para garantir os resultados graças aos quais nasceu o projecto “grande plutónio” em 2005.

BHH - Qual foi o contexto histórico e social na altura?

R: Na altura foi num contexto muito difícil: a ADRA dava os seus primeiros passos pois nasceu em 1990. Foi depois das eleições de 1992,



com todas as suas consequências nomeadamente o desemprego resultante da destruição das fábricas, a fome, a pobreza, êxodo do meio rural ao urbano e uma diversidade de ONGs nacionais, estrangeiras e agências, cada um com o seu modelo de intervenção, muitas vezes para os mesmos grupos ou localidades.

BHH - O que é que vos movia naquela altura?

R: O entusiasmo pelo novo “status quo” (os quadros das ongs eram vistos de forma diferente). O salário em moeda estrangeira garantia não só o sustento familiar, como permitia a constituição de poupança. Depois de entrar na ADRA, as primeiras motivações foram substituídas pelo sentido de missão que acabou por ser superior, tornando-se na razão da total entrega ao trabalho sem preocupação de horários, condições, enfim. A satisfação do beneficiário, a sua mudança de atitude, a sua auto-estima e auto-valorização superava qualquer valor material que a instituição me oferecia. Muitas vezes deixava de ir a festas, praia, encontros familiares sem existência de instrumentos coercivos para responder à demanda do beneficiário.

BHH - Como a ADRA apoiava as comunidades naquela altura?

R: Tal como disse anteriormente, ADRA foi multitemática e multifacetada. Trabalhava de forma integrada. Por exemplo, nos perímetro agrícolas, apoiava na produção agro-pecuária através de formações/capacitações, apoio com insumos e reabilitação de valas de rega e drenagem que se encontravam inoperantes há cerca de 10 anos. Nos bairros, além das reuniões comunitárias semanais onde se discutiam questões ligadas a vida social das famílias, apoiava com micro actividades geradoras de rendimento tais como carpintaria, saboaria, alfaiataria, moagem, pequenos negócios de venda de roupa usada. ainda sim, apoiava com animais de pequeno porte (cabritos, galinhas) para fomento e enriquecimento de dieta alimentar. Por outro lado, tínhamos o subprograma de saneamento e ambiente que consistiam no apoio à construção de latrinas, melhoria da cobertura das casas e arborização (recordo-me do meu colega Camilo, de feliz memória) que apanhava as sementes de neem no Kuanza Sul para os viveiros do projecto cujas plantas eram distribuídas nas comunidades e instituições públicas (escolas, hospitais etc). Os camponeses também recebiam para

“A antes de irmos ao terreno, era obrigatório o uso do caderno de campo onde registávamos tudo o que fazíamos no terreno e era entregue todas as sextas-feiras ao técnico brasileiro (assessor da equipa de campo), partindo dos quais preconizava o seu plano metodológico”

servirem de cortinas de vento.

BHH – Era também um período pós eleitoral...

R: Sim. na verdade, devido a pressão psico-social que se viveu na época pós-eleitoral, fomentávamos espaços de lazer através do subprograma de cultura e desporto onde promovíamos campeonatos inter-comunitários de futebol e concurso de dança tradicional entre distintos grupos da comunidade. Tudo isto na Catumbela, com apenas 6 (seis) técnicos.

O subprograma “mulheres” para o qual fui contratada inicialmente, sendo este a minha porta de entrada na ADRA, limitava-se essencialmente na promoção de acções que visavam o seu empoderamento económico e político por via de debates, encontros, capacitações, intercâmbios e visitas a instituições afins e formação em habilidades como fazer sabão artesanal, fazer pão, transformar forros de casaco usados de cacimbo em bonecos e outros com o fim de obter renda.

Todas estas actividades eram apoiadas por via do que chamávamos “crédito pedagógico” em que, apesar da responsabilização do retorno, o mais importante para a ADRA naquela altura eram a tomada de consciência do processo, pelos beneficiários, e a melhoria de condições de vida das famílias que o crédito proporcionava. Devo recordar que todo este processo de interacção com as comunidades era através de comissões de talhões (para assuntos produtivos) cuja interacção era nos talhões e comissões comunitárias (para assunto de cidadania) cuja



ligação era nos bairros. Assim, regra geral, pela manhã trabalhávamos no campo e, durante a tarde, nos bairros.

BHH - Como surgiu a ideia das formações em desenvolvimento comunitário alinhadas ao trabalho de campo?

R: Do meu ponto de vista, as formações em desenvolvimento comunitário resultam da preocupação que a ADRA teve em reordenar o seu pensamento filosófico com a sua prática, em função do desenvolvimento intenso das dinâmicas internas que, no terreno, já despontavam. Os quadros conheciam a missão, os princípios e valores da organização, sabiam que a interacção tinha que ser pedagógica, para gerar autonomia dos grupos, mas tinham diferentes interpretações conceptuais. O DC surge para a institucionalização dos conceitos.

No primeiro encontro analisámos a dimensão política, teórica, metodológica e prática do método. Na dimensão política e ideológica, consideramos aspectos ligados à missão, visão, valores e os princípios do DC, que têm relação com a dimensão teórica onde fizemos as análises sociológicas e económicas, enquanto que a dimensão metodológica compreende os métodos pedagógicos interactivos que ADRA foi usando ao longo da intervenção. É todo este

processo que chamamos de desenvolvimento comunitário, ou seja, desde a concepção filosófica à dimensão prática.

BHH - Que benefícios esta medida teve no trabalho da adra?

R: AADRA fez as comunidades acreditarem num futuro melhor. Os métodos participativos e integradores que aplica no processo de interacção com as comunidades torna-as protagonistas das suas próprias dinâmicas, acreditando em si, porquanto ganham autonomia, criticam, dialogam, participam, em suma, um protagonismo no exercício de cidadania.

A título de exemplo, alguns dos membros das comunidades que me referi anteriormente hoje exercitam funções no poder público, outros lideram distintas associações e cooperativas. Sinto-me orgulhosa por ter contribuído neste processo de mudança.

Por outro lado, o DC constitui-se hoje num espaço de reflexão-acção-reflexão, onde anualmente os quadros da ADRA analisam, com propriedade, a demanda do contexto e da intervenção para a reorientação e o refrescamento dos quadros para apropriação da metodologia por causa da dinâmica de renovação de quadros. acredito que seja esta uma das razões





da ADRA continuar firme.

BHH - O que a ADRA lhe ensinou durante os 30 anos de existência? Que lições para a vida?

R: Para além das competências que adquiri ao longo destes anos, um dos ensinamentos que levo para toda a vida é a valorização do saber dos outros. Porque a primeira impressão que eu tinha é que aquelas comunidades não sabiam nada e que eu iria com a responsabilidade de as ensinar. Mas com a ADRA aprendi que o trabalho de interacção comunitária é um processo de construção conjunta, partindo da troca de ideias e de saberes para a produção de um novo saber. Daí a importância da interacção pedagógica com base no método participativo que, no nosso caso, é o desenvolvimento comunitário.

BHH – Que outros ganhos identifica para a ADRA?

R: Um dos ganhos que a organização teve ao longo dos anos é a sua afirmação como uma organização da sociedade civil com credibilidade nacional e dos doadores. parece-me ser, já que

não conheço outras, uma das poucas organizações em Angola com um grande conhecimento da realidade local, principalmente no trabalho com as comunidades rurais.

Uma organização com capital social muito forte junto das comunidades locais, conquistou a sua confiança e provocou muitas mudanças na vida das pessoas, tirando-as do estado de pobreza extrema para um estado de vida digna, ou seja, ajudou muitas pessoas a resgatarem os seus direitos e a mudarem o seu “status quo”.

Hoje a ADRA é uma organização que constrói “pontes”, e vai continuar a construir, entre as comunidades e as instituições do poder público e outras.

Considero também um ganho a capacidade que a ADRA possui em formar quadros com competências multifacetadas. O poder público tem confiança neles e, em muitos casos, conta com o protagonismo dos mesmos recrutando-os ou consultando-os na busca de opiniões.

BHH - A ADRA foi pioneira na idealização e implementação de vários projectos que hoje



são adoptados por outras organizações e até pelo governo. Comente um pouco esta afirmação?

R: O comentário que tenho sobre isto é que a ADRA tinha o programa “onjila” que trabalhava muito a educação formal no que convencionou chamar de zonas de influência pedagógica (zip). Em algumas escolas seleccionadas nas comunidades do Luacho e Catumbela, escolas concebiam programas PEE (Programas Educativos Escolares). Essa experiência foi assumida pelo então Ministério da Educação, e creio que está a ser disseminada em todo o país.

Um outro exemplo similar está relacionado com as caixas comunitárias que vêm sendo incrementadas nas comunidades desde 2005, como alternativa dos camponeses no acesso a fundos para apoio à produção agro-pecuária devido à dificuldade de acesso às instituições bancárias.

BHH - Nestes 30 anos foram várias organizações encerradas, a seu ver o que manteve a organização activa?

R: A optimização dos espaços do DC e as consequentes formações (que contribuem fortemente para o diálogo intergeracional) foram factores que permitiram que a ADRA não parasse até hoje. É que a ADRA está sempre a perspectivar o que vem depois, a ver onde está e para onde vai. Por exemplo, enquanto geração dos 25 anos que somos, estamos a preparar a geração para os próximos 25 anos. Reparemos que as demais estruturas da ADRA têm priorizado as novas gerações que levarão a ADRA nos próximos 25 anos. Há sempre inovação e cuja abertura tem proporcionado oportunidades. No meu caso, que comecei como animadora comunitária, técnica de desenvolvimento comunitário, fui coordenadora de projecto, responsável da

“A satisfação do beneficiário, a sua mudança de atitude, a sua auto-estima e auto-valorização superava qualquer valor material que a instituição me oferecia”

“Hoje a ADRA é uma organização que constrói ‘Pontes’ e vai continuar a construí-las entre as comunidades com as instituições do poder público e outras”

área de projectos e programas, depois directora da Antena Benguela. nos órgãos sociais, fui Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral e agora fui eleita para Presidente do Conselho Directivo para o mandato 2018-2021.

BHH- ...E nessa trajectória na ADRA, de técnica de desenvolvimento comunitário (tdc), para o cargo de directora da antena Benguela, quais foram os principais desafios e conquistas?

R: Eu entrei num contexto em que a antena tinha problemas de quadros e a imagem da organização estava a ser beliscada. Então, o principal desafio era com a gestão e melhorar a relação com os parceiros na província. Era frequente ouvir dizer que “a ADRA agora morreu... Já não se vê aquela ADRA com que estávamos habituados”. A opinião pública continuava a entender pouco o que a ADRA fazia em Benguela. Como conquista as boas relações e interacção com as instituições do poder público, organizações da sociedade civil e outros, recuperamos a compreensão, sobretudo assegurando a constituição de um staff integrado por jovens em primeiro emprego. a actual directora da Antena Benguela e o coordenador do núcleo de gestão financeira emergiram deste processo.

BHH - O que a motivou a aceitar o desafio de ser a presidente do conselho directivo da ADRA?

R: Apesar de ser um desafio muito grande ser Presidente do Conselho Directivo, o que me motivou foram: ser mulher e querer fazer diferente. Antes, a ADRA não teve no Conselho Directivo uma presidente mulher; mostrar que nós as mulheres podemos estar em cargos desta dimensão e levar o barco a bom porto. Pela minha acumulada experiência e conhecimentos na



organização, achei que poderia dar um grande contributo na organização, projectando fechar a minha trajectória na ADRA em grande (risos)... achei que poderia fechar com a “chave de ouro”.

BHH - Comparando as várias fases da sua existência, que ADRA temos hoje?

R: Uma ADRA que continua preocupada com os problemas das comunidades rurais, de inclusão social, de reforço das organizações de camponeses e agricultores familiares e com a construção de pontes de diálogo entre as comunidades rurais e o estado, com vista a influenciar políticas públicas em prol dos desfavorecidos e excluídos. Em suma, uma Organização que continua comprometida com a construção de um desenvolvimento sustentável em Angola e com o exercício de cidadania.

BHH - Como olha para a ADRA daqui a 10 anos? que tipo de organização será?

R: Gostaria que a ADRA fosse reconhecida com o estatuto de utilidade pública. Prevejo uma organização altamente competente, parceira forte das instituições do saber e a elaborar grandes estudos para influenciar políticas e programas públicos direccionadas, fundamentalmente, para o meio rural.

“A ADRA está sempre a perspectivar o que vem depois, a ver onde está e para onde vai. Por exemplo, enquanto geração dos 25 anos que somos, estamos a preparar a geração para os próximos 25 anos”.

Por outro lado, vejo a ADRA intermediar projectos de comunidades rurais junto de doadores nacionais e internacionais, assegurando os serviços de assessoria e monitoramento dos financiamentos disponibilizados para garantir a confiança destes junto dos doadores e criar competências de gestão local.

Em suma, uma ADRA especializada em desenvolvimento comunitário e com um forte papel de lobby e advocacia a favor das comunidades rurais.

BHH - Na ADRA é conhecida como a decana dos técnicos. qual é o conselho que deixa para os técnicos em exercício na organização?





R: O conselho que deixo aos técnicos é que não olhem para a organização apenas como um emprego, mas também como um espaço de comprometimento com uma causa. Só assim conseguirão trabalhar em condições difíceis e ultrapassar os obstáculos que hão-de encontrar em algumas situações. É importante que os técnicos se identifiquem com as comunidades com as quais trabalham e acreditem naquilo que fazem.

A ADRA é uma organização muito séria, construída com muito sacrifício, esforço e dedicação e cuja razão de ser são as comunidades rurais. E é com este espírito e motivação que os técnicos devem caminhar.

Os técnicos têm de ter espírito de lealdade, solidariedade, transparência, de amor ao próximo, de respeito pela identidade e princípio de participação.

Nunca desisti porque sempre acreditei naquilo que estava a fazer. Era gratificante quando, no final, via novamente o sorriso no rosto daquelas pessoas a quem a guerra tinha retirado todas as esperanças de uma vida melhor.

Para além dos espaços institucionais e de reflexão que a organização promove, é importante antes de tudo que os técnicos conheçam os instrumentos reitores da mesma, a sua missão, os seus princípios e valores, apropriando-se da cultura organizacional da ADRA. Não se esqueçam que os próximos 25 anos estão na vossa responsabilidade. Acredito que estão preparados para esta grande missão.



PERFIL

Nome completo: Maria Teresa Victória

Data de Nascimento: 26/02/1961

Local do nascimento: Catumbela

Função: Presidente do Conselho Directivo

Nível académico: Licenciada em Pedagogia, formada pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Dr. António Agostinho Neto

Profissão: Professora

Filhos: 3

Ligação à ADRA: 26 anos



Eng.º Fernando Pacheco

“Desde o início, procuramos que a inclusão permitisse ultrapassar barreiras”

1. A primeira lição aprendida foi a importância da participação. Ao longo do tempo, o conceito e a prática da participação foram sendo aprofundados, desde a simples partilha de informação, à nível interno e dos parceiros, fossem organizações comunitárias ou da sociedade civil, fossem instituições do Estado, ao diálogo, negociação e concertação. Sem se perder o sentido crítico e do contraditório procuram-se assim os consensos para os grandes projectos.

2. Uma segunda tem a ver com inclusão. A exclusão tem raízes profundas em Angola, relacionadas com o género, as etnias, o preconceito racial, as desigualdades sociais ou as diferenças políticas. Desde o início da nossa trajectória procuramos que a inclusão permitisse ultrapassar esse tipo de barreiras, e isso hoje é visível no quadro dos trabalhadores em geral e ainda nos lugares de direcção.

3. A terceira diz respeito à descentralização. Nos

primeiros tempos a ADRA era uma organização muito centralizada, o que se explicava pelo número reduzido de quadros. À medida que fomos crescendo, constatou-se que a gestão seria mais responsável e eficaz se o poder de decisão fosse partilhado com as pessoas que respondiam pelos projectos locais e depois, quando estes aumentaram, com as Antenas e mesmo com os parceiros.

4. Estas lições desaguam na democracia, e esta constitui a quarta lição. Representam os pilares de uma organização que ia construindo a cultura democrática num país onde as referências democráticas eram quase inexistentes, procurando-se aqui também alargar essa construção aos parceiros. Participação é o caminho mais curto para a democracia, principalmente num contexto de exclusão social e de excessivo centralismo.



5. Mas a democracia pode adquirir maior intensidade quando se apresenta a par da cidadania. Esta é, ao mesmo tempo, um direito e também um dever. A participação dos cidadãos melhora a qualidade da democracia num país ou numa sociedade do mesmo modo que participação dos membros e dos trabalhadores melhora o desempenho de uma organização. Estamos perante a sétima lição.

6. Tudo o que está dito até aqui está relacionado com uma das mais importantes lições sobre a liderança da ADRA – a sustentabilidade. Uma caminhada como a da ADRA exige que se cuide bem do seu futuro. Este tem de ser encarado no tempo – a maior duração possível – e na inclusão – para o maior número de pessoas possível.

7. Parcerias. Outra lição. A ADRA resistiu a crescer demasiado, apesar das pressões nesse sentido. Havia a tentação de se expandir por todas as províncias. Em vez de crescer mil vezes, decidiu-se que seria melhor que se ajudasse a criar «mil» ADRA. Daí a importância das parcerias, a diferentes níveis, sem receio de se perder poder.

8. Humildade, resistência às tentações de se tornar maior ou mais importante do que outros. Tal opção parecia colidir com uma das bandeiras da ADRA, o voo do Humbi-Humbi, em oposição ao Katchimbamba que se arrasta pelo chão. O voo bem alto significa apenas a procura constante de novos horizontes. Essa é mais uma lição.



9. O caminho faz-se caminhando (poeta espanhol António Machado). Por mais longa que seja a marcha, começa sempre pelo primeiro passo (provérbio chinês). Malembe-malembe (devagar se vai ao loge, em língua Kicongo). A utopia é como a linha do horizonte, quanto mais tentamos chegar lá, mais ela se afasta, afinal é para isso que elas servem – para caminhar.

10. Finalmente, uma outra lição que marca a vida da ADRA é a importância e a arte da leitura do contexto onde a acção se desenvolve, de modo a legitimar, em cada momento, as opções da organização e a merecer o estatuto de organização independente dos poderes políticos e económicos. De que lado estamos? Do nosso lado!





LUÍS AUGUSTO MONTEIRO (SILA)

“Aprendi que o projecto ADRA é uma causa certa”

1. Aprendi que a transparência constitui um princípio fundamental para a gestão e para a liderança, na medida que não permite o encobrimento do que é nocivo. Aprendi ainda que fazer gestão séria e participativa, sem transparência, é utopia.

2. Aprendi que a gestão participativa é um modelo que, acima de tudo, valoriza e estimula a equipa, dando-lhe o verdadeiro sentido de apropriação e responsabilidade no projecto, seja de que natureza for.

3. Aprendi, na minha trajectória pela ADRA, que o caminho faz-se caminhando e que vencer os medos e encarar desafios que nos parecem inatingíveis ajuda-nos a descobrir o que realmente somos e valemos. Isso aconteceu em termos pessoais quando assumi a DG da ADRA em 2001 e colectivamente quando em 2003/2004, com a saída simultânea de grande parte dos directores e quadros de direcção da Sede e com a suspensão de financiamentos por alguns parceiros, tivemos que assumir e garantir a existência e os compromissos com os restantes da Sede e de outros vindos das províncias. Foi a prova inequívoca da força e capacidade dos quadros da ADRA. Bem hajam COLEGAS.

5. Aprendi que quando não queremos ou não sabemos fazer o bom uso dos recursos à nossa disposição (petróleo, diamantes, terra, clima, água, etc.), para o desenvolvimento, os mesmos podem tornar-se em factores adversos. Lamentavelmente, no nosso país essa é uma triste realidade.

6. Aprendi que não há outro caminho para o êxito do que persistir, persistir, persistir sempre pela causa certa. Aprendi que o Projecto ADRA é uma causa certa, que a verdadeira recompensa é a consciência do dever cumprido e que desistir é falência.



7. Aprendi, mesmo, que é preciso pensar antes de falar e organizar antes de fazer. Os encontros, as reflexões, as planificações, avaliações e outras dinâmicas, assim como as críticas que me foram feitas ajudaram-me muito nesse sentido.

8. Aprendi que o verdadeiro problema não é o problema em si, mas que o verdadeiro problema é encontrar a solução adequada. Procurar dar solução ao problema em si, normalmente leva inconsistência e insustentabilidade do imediatismo.



9. Aprendi que um bom projecto deve assentar em três pilares: Lógica, Método e Recursos. Aprendi ainda que há um 4º recurso, não renovável, o Tempo, tão importante e às vezes mais importante que os restantes, não levando em conta o que explica o insucesso ou insuficiente sucesso de muitos projectos.

10. Aprendi que a isenção e a seriedade nem sempre é aceite e às vezes é doloroso. O facto da ADRA, até hoje, não ser considerada uma instituição de utilidade pública, não obstante todo o trabalho, fundamenta a minha afirmação. Porém, são princípios que nos dão o verdadeiro sentido de realização.

Belarmino Hungulo Jelembi

“Aprendi sobre equilíbrio entre a dimensão associativa e a dimensão do gestor”



1. Uma primeira, independentemente da hierarquia de importância, tem a ver com possibilidade de conhecimento da realidade do país, das instituições e em função disso, adoptar um modelo de gestão e natureza de projectos que respondam a essa realidade. Conhecimento da realidade parece-me muito importante, análise do contexto permanentemente é uma lição.

2. Há uma segunda que tem a ver com o diálogo e a convivência inter-geracional e multicultural. Aprendemos a conviver e a trabalhar com pessoas de idades diferentes, percursos diferentes, de origens diferentes. Portanto, na sua essên-

cia, a ADRA também contribuiu para que sejamos mais tolerantes no convívio multicultural, multiétnico, se quisermos utilizar essa palavra, com idades diferentes.

3. A terceira tem a ver com aquele equilíbrio na nossa postura que é ditado pelo princípio “Crítico fazendo juntos”. Uma organização como a ADRA, como a nossa, que tem uma proposta de sociedade como se as coisas devem se organizar, em vários momentos tem de assumir uma postura crítica, mas a postura crítica não a afasta da sua responsabilidade e bom senso para fazer pontes. A questão das pontes é importante. É uma aprendizagem também que nós



BOLETIM HUMBI-HUMBI

desenvolvemos aqui. E quando se desenvolve a cultura de se fazer pontes não é só no trabalho, é inclusive em outras circunstâncias da vida.

4. Em termos de quarta aprendizagem, tem a ver com o equilíbrio necessário entre a dimensão associativa e a dimensão do gestor. Sou Director, tenho que tomar decisões de gestão, mas ao mesmo tempo sou membro, isto nem sempre é uma situação simples. Este equilíbrio é algo importante que se aprende, porque provavelmente é daí onde está um dos “feitiços” da ADRA, que é continuar a existir neste equilíbrio enquanto entidade que implementa projectos, mas ao mesmo tempo também tem uma intervenção cívica importante.

5. Em termos de quinta aprendizagem, o facto de a dada altura eu ter estado como formador em Desenvolvimento Comunitário-DC e depois como responsável de Desenvolvimento Comunitário de ponto de vista da condução, fazendo combinar com a condição de gestor, isto permitiu que as decisões de gestão fossem cada vez mais ajustadas à realidade de intervenção. É evidente que nem sempre isto é simples porque os momentos de formação em DC não se deveriam transformar em Conselhos de Gestão. Mas isso permitiu quando o Director está no DC para a natureza da Organização foi vital para tomar decisões ajustadas às prioridades da intervenção.

6. Uma sexta lição tem a ver com a relação com os órgãos sociais. Enquanto Director Geral tenho que articular permanentemente com os órgãos sociais e durante alguns dos anos da minha liderança o Conselho Directivo teve algumas dificuldades, porque houve um período em que o número de membros era reduzido, isso entre outras coisas levou com que fosse necessário a liderança da agência ocupar determinados espaços de intervenção pública. Foi um momento importante de aprendizagem em termos de relação com os órgãos sociais, também é preciso dizer que isso na verdade fazia parte do ciclo de desenvolvimento da organização. A Organização tem ciclos de desenvolvimento e, naquela fase em concreto, houve um conjunto de responsabilidades que acabaram recaindo para a agência.

7. A sétima aprendizagem que devemos tirar aqui, tem a ver com o facto de que uma Instituição como a nossa, o gestor está muito virado para os processos de intervenção e uma das lições que sai daqui é como equilibrar isto com os aspectos de gestão patrimonial da instituição. Nós inicialmente tínhamos um outro órgão executivo que teve dificuldades. Dedicamos grande parte do tempo à nível da intervenção e provavelmente uma das grandes lições que tiramos aqui é como é que podemos dedicar um tempo e uma atenção maior também à questão patrimonial sem que isso ponha em causa o foco principal da instituição? A instituição surge para intervenção social.

8. A oitava aprendizagem que tem a ver com a intervenção no espaço público, digamos que a instituição proporciona espaço ou oportunidade para intervenção no espaço público, mas aqui numa maneira mais ampla, que é a intervenção a vários níveis. Intervenção à nível comunitário, intervenção no espaço público de interação em geral, mas também com poder político e interação com os financiadores, doadores ou patrocinadores internacionais, por tanto, enquanto gestor, tenho que aprender articular a vários níveis.

9. Na nona aprendizagem temos como lição gerir a instituição com parcimónia e baseada nas limitações que o país tem, limitações humanas, financeiras e materiais. Não entrar em cavalgadas, viver de acordo com as nossas possibilidades. Penso que isso já vem lá de trás e com isto também está associado a diversificação, o conceito de diversificação no acesso aos recursos aqui é antigo, por isso é que por norma trabalha-se com mais de sete, oito, dez financiadores. Isso permite com que cada um dê um bocado e a gestão consegue ter um equilíbrio. Não há uma monodependência e isso é claramente uma lição.

10. Por último, tem a ver com a dinâmica interna de formação e gestão das equipas. Liderei num período em que há uma geração que estava em fim de ciclo e a outra que estava a começar. Isso significou trabalhar e integrar quadros novos, jovens mas que aprendemos, depois de algum tempo, que com acompanhamento, dando confiança às pessoas e apertar a dimensão ética, elas vão lá. E aqui uma das lições maiores é que



o indivíduo pode ter dificuldades em elaborar um relatório, isso supera-se, mas não podemos trabalhar com quem “mexe”. Quem tem limitações técnicas vamos dar capacitação, quem “mexe” vai para rua, e creio que essas divisas ajudaram com que com o tempo fossem reforçando a ideia de que as pessoas com oportunidade

avançam. Nós não temos que centralizar todo o poder numa só pessoa. Nos tornamos, como instituição, fortes se formos muitos a colaborar e muitos com força e com capacidade. Não há um líder omnipresente ou omnipotente, tem que ter várias pessoas. E creio que esta foi uma grande lição que tiramos aqui no nosso consulado.

SOBRE A ADRA

Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) é uma Organização Não Governamental Angolana, sediada em Luanda, comprometida com a construção de um desenvolvimento democrático e sustentável, social, económico e ambientalmente justo, e com o processo de reconciliação nacional e a paz para Angola.

Esses compromissos, entende a ADRA, se realizarão fortalecendo a capacidade dos excluídos, valorizando as tradições e práticas das comunidades rurais e fortalecendo a capacidade das organizações da sociedade civil para que se tornem sujeitos do mais amplo processo de mudança que assegure opções e oportunidades para todos.

Ao longo dos últimos 30 anos, a ADRA passou de um grupo de cidadãos que se uniu, motivados pela necessidade de uma maior participação da sociedade civil na vida pública, económica, social e cultural do país.

Entretanto, a ADRA passou por ciclos e momentos próprios de vida de uma organização que inclui forças e fragilidades, altos e baixos.

Contudo, a Organização tem sabido adaptar-se de modo a atender às novas demandas internas

e externas e a aprender com os seus próprios erros.

A ADRA procura contribuir para o desenvolvimento rural democrático e sustentável, social e ambientalmente justo, para o processo de reconciliação nacional e a paz em Angola.

AADRA actua em três níveis territoriais de forma integrada e complementar: ao nível municipal, nível provincial e nível nacional.

Em Luanda/Sede são desenvolvidas as acções maioritariamente de lobby e advocacia social que têm abrangência nacional.

Nas restantes seis províncias – Malanje, Huambo, Benguela, Namibel, Huíla e Cunene – as acções são dirigidas aos municípios.

Para contactar a ADRA:

Telf: +244 222 396 683

E-mail: adra.administracao@adra-angola.org

www.adra-angola.org

www.facebook.com/adraangola.adra

WhatsApp da ADRA – 943 203 634

Praceta Fariha Leitão nº 27, 1º Dto Cx. Postal 3877 Maculusso. Luanda-Angola

SEGREDOS, TRAJECTÓRIA E LIÇÕES NOS 30 ANOS DE ADRA

ANOS
1990 - 2020





MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DA PALANCA I TREINADOS SOBRE ECA

Com vista a dar resposta ao impacto das constantes alterações climáticas, a equipa municipal de intervenção da ADRA-Huíla no município da Humpata realizou, no mês de Julho último, uma sessão de treinamento na instalação das ECAs (Escolas no Campo do Agricultor) de raízes tuberculosas, batata rena,

beterraba e mandioca.

Segundo a coordenadora da Associação Wenda Ketai, Maria Tchatewa, “é importante dinamizar estas acções porque nos ajuda a suprir as necessidades e fortalece também o fundo colectivo”.

Com estas acções “nos ajuda também a melhorar as técnicas agrícolas, como é o caso do compasso e da adubação mista”, acrescentou Maria Tchatewa.

A acção enquadrou-se na linha do apoio aos produtores rurais e no fortalecimento das capacidades produtivas do projecto “Direito à Água” financiado pelo ForumSyd.

Participaram dez membros da Associação da Palanca I, dos quais uma mulher.

Texto: **Alice Peso**





PROCLAMAÇÃO DA ADRA

NÓS, GRUPO DE PESSOAS LIGADAS ÀS MAIS DISTINTAS ESFERAS DA VIDA ECONÓMICA E SOCIAL DE ANGOLA, SEM DISTINÇÃO IDEOLÓGICA OU POLÍTICA, DE RAÇA, DE SEXO, OU CRENÇA RELIGIOSA;

PREOCUPADOS COM OS GRAVES PROBLEMAS QUE AFECTAM A SOCIEDADE ANGOLANA NESTA FASE DE RECONSTRUÇÃO, PRINCIPALMENTE AQUELES QUE DIZEM RESPEITO ÀS POPULAÇÕES CAMPONESAS, QUE ACREDITAMOS TEREM SIDO AS QUE MAIS SOFRERAM AO LONGO DE TRINTA ANOS DE GUERRA QUE ASSOLOU O PAÍS;

SENSIBILIZADOS PARA A NECESSIDADE DE UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA VIDA ECONÓMICA, SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICA DA NAÇÃO, COM VISTA À SUA DEMOCRATIZAÇÃO PLENA E EFECTIVA;

NORTEADOS PELA VONTADE FIRME DE CONTRIBUIR PARA A VALORIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES E PRÁTICAS DAS COMUNIDADES RURAIS ANGOLANAS E SUA PARTICIPAÇÃO EFECTIVA NUM DESENVOLVER HARMONIOSO E INTEGRAL DO TODO NACIONAL;

ESTIMULADOS PELA NECESSIDADE RECONHECIDA DE CONTRIBUIR PARA A ASSUMPCÃO POR PARTE DESSAS COMUNIDADES DE ADOPCÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O SEU AUTO-DESENVOLVIMENTO;

ANIMADOS PELO ESPÍRITO DE COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE E ENTREAJUDA;

PROCLAMAMOS A NOSSA CONSTITUIÇÃO EM ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE (ADRA).

LUANDA, AOS 12 DE SETEMBRO DE 1991



HORTÍCOLAS TRANSFORMAM VIDAS EM MALANJE

Quando Filipe Afonso olha para o passado nota que a sua vida mudou radicalmente, uma transformação que veio da terra que cultiva.

Agricultor, Filipe Afonso é coordenador da Associação Engrácia, a operar na comuna do Kota, Município de Kalandula, que recebe auxílio da ADRA Antena Malanje no âmbito do projecto de apoio institucional financiado pela Afrikagrúperna.

Neste momento, ao olhar para o campo, sente alegria, mas tem a sua própria estratégia.

“Nesta época de cacimbo, temos optado por horticulturas. Trabalhei no meu campo individual, uma área de 2.800 m². Este espaço é pouco: cultivei feijão, quiabo, repolho, couve, tomate, cebola, cenoura e alface para melhorar a dieta alimentar das nossas famílias”, diz.

Além da preocupação alimentar, Filipe Afonso quer o melhor para os seus filhos.

“Tenho filhos a estudar. Um deles terminou o ensino médio e precisa frequentar a Faculdade. Se tivermos mais apoios, estes nos ajudarão a trabalhar mais e a expandir a nossa produção, podendo vendê-la e, por via disso, poder pagar propinas para os meus filhos. Reforçaria o mercado de consumo, visto que a província de Malanje carece de muitos produtos hortícolas” disse Filipe Afonso.

Ele faz parte das comunidades apoiadas pela ADRA Antena Malanje nos municípios de Kalandula, Kiwaba Nzoji, Cacuso e Quela.

As comunidades trabalham, neste momento, na produção de hortícolas para garantir a sustentabilidade alimentar e aumentar a renda das suas famílias.

Com efeito, com a produção de hortícolas, agricultores como Filipe Afonso ampliam os seus campos de cultivo, embora enfrentem desafios.



“O que nos dificulta é a água, porque tiramos água numa lagoa para fazer rega dos produtos. Solicitamos ajuda para ampliar a lagoa e assim aumentar a área de trabalho porque o terreno é favorável”, diz Filipe Afonso.

“Tenho feito produção de um hectare de quiabo. As hortícolas ajudam muito, especialmente o quiabo, que é um produto que me rende muito. Tenho colhido seis vezes o quiabo em épocas semelhantes, mas por falta de água nos limita o trabalho”, avança.

Filipe Afonso produz também cereais.

“Trabalhei um hectare e meio de milho e dez de mandioca. Busquei as sementes na Província da Huíla. Tem ajudado muito as nossas comunidades. Rende muito no mercado. Colhemos dez peje de repolho e dez caixas de tomate”, acrescentou.

Quando Filipe Afonso olha o seu presente, compreende que a sua vida mudou, quanto mais se dedica ao cultivo de hortícolas, assim como a vida de outros agricultores da sua localidade.

Texto: **Eliseu Mababa**



ADRA ENGAJADA NA REFLEXÃO SOBRE GRAVIDEZ E CASAMENTO PRECOZE

Branca João Nhangá, Cristina Augusto e o camponês Augusto Veloso Quissanga receberam, da vida, a notícia de gravidez precoce e partida da filha adolescente para um casamento, fugida dos ralhetes dos pais.

Aos quinze anos, Branca João Nhangá soube, inesperadamente, que ia ser mãe. O seu mundo transformou-se radicalmente.

“Fiquei grávida com 15 anos”, lembra a jovem. “O moço quando percebeu que eu estava grávida fugiu e apareceu depois do filho ter 1(um) ano. Foi muito difícil porque estive doente e os meus pais é quem assumiram a gravidez e por conta disso perdi os estudos”, disse Branca João Nhangá.

Destino diferente teve Cristina Augusto: resolveu casar-se cedo.

“Arranjei marido aos 15 anos. Agora tenho 17 anos. Saí da casa dos meus pais porque eles me ralhavam muito. Não tinha sossego em casa. Por isso decidi manter e estou feliz na casa do meu marido. O meu marido tem 19 anos de idade”, contou.

O pai de Cristina Augusto, o camponês Augusto Veloso Quissanga, lamenta a decisão da filha. “Estou triste com atitude da minha filha, ela quer

ser independente, é triste, ela tomou uma atitude negativa”, disse.

Os testemunhos de Branca João Nhangá e Cristina Augusto foram partilhados no ciclo de reflexões que a ADRA-Malanje leva a cabo com as comunidades sobre a questão da gravidez na adolescência.

Com efeito, a Organização promoveu, recentemente, um debate sobre a gravidez precoce com os membros da Associação Kudiva, jovens e adolescentes da aldeia de Duma, no município do Quela.

A actividade enquadrou-se no Projecto de Apoio Institucional, financiado pela Afrikagrupperna e contou com a participação de 34 pessoas das quais 19 mulheres.

As vidas de Branca João Nhangá, Cristina Augusto e o camponês Augusto Veloso Quissanga foram completamente transformadas pela questão da gravidez na adolescência, tornando incerto o seu futuro.

“Deixo um conselho às adolescentes para apostarem nos estudos porque eu acabei cortando o meu sonho de estudar e ser alguém na sociedade”, aconselhou Branca João Nhangá.

Texto: **Eliseu Mababa**



BELINHA PEDRO: A PÉROLA DO TUNDA DO CHIANJE

Cada comunidade tem as suas figuras incontornáveis, como ocorre em Tunda do Chianje, município dos Gambos, província da Huíla.

Aqui, Belinha Pedro é uma verdadeira pérola da região.

Esta solteira de 49 anos de idade, mãe de 12 filhos, faz parte dos mais de dois milhões de pessoas que se viram afectadas pela seca cíclica que afecta o sul de Angola nos últimos anos.

Motivada pela difícil situação que a sua localidade enfrentava, tendo que percorrer 6 km, grávida, para poder ter acesso à água, Belinha Pedro foi uma das primeiras moradoras da Tunda do Chianje a disponibilizar-se a dar o seu apoio para a construção das cisternas calçadão no município dos Gambos.

“A situação estava muito difícil. Tínhamos de fazer alguma coisa”, lembra.

Quebrando padrões na sua comunidade, Belinha Pedro participa activamente em actividades desenvolvidas na sua região.

“Envolve-me de corpo e alma. Hoje temos como meta trazer mais mulheres à nossa Associação para que possam também aprender tudo o que eu sei hoje”, defende.

Belinha Pedro é actualmente a Vice-coordenadora da Associação da Tunda do Chianje, organização que já representou várias vezes em Encontros das Comunidades, entre outros.

Possui crença firme num futuro melhor. “Acredito que hoje sou uma outra mulher, capaz de ajudar nas mudanças na nossa comunidade”, disse.

Como se nota, cada comunidade pode ter a sua pérola, pelos Gambos é normal mencionar-se a Belinha Pedro.

Texto: **Alice Peso**

ACESSO À ÁGUA NOS GAMBOS: A experiência da ADRA



A água é um elemento indispensável para a existência da vida, daí que as civilizações antigas tenham construído seus impérios ao redor de fontes de água, como rios, regiões costeiras e insulares.

A comunidade dos Gambos é assolada pela seca desde os primórdios, têm enfrentado várias dificuldades percorrendo mais de 5 km para ir a busca de água para o sustento familiar e para a abeberação do gado, encontrando estratégias de resiliência para sobrevivência.

A seca tem causado muitas mortes às populações, bem como a morte do gado. Em uma região onde o gado tem um valor socioeconómico muito grande, por serem populações agropastoris. “Saímos cedo de casa, percorrendo mais de 5 km, as vezes chegamos em nossas casas no fim do dia, por causa da distância percorrida, acabávamos por beber a água pelo caminho porque a sede também aperta.”

“Um agregado de 5 a 6 famílias que por dia consome mais de 30 litros de água, se formos a calcular, quantos litros por semana ou seja, quantas

viagens durante a semana as mulheres percorrem? As mulheres são as que mais sofrem principalmente no período da gestação, percorrer 5 km, carregar um bidon de 25 litro se mais um barrigão, o grande dilema é no período de dar à luz, é um calvário que nem vale a pena imaginar”. Depoimentos como estes demonstram um pouco as grandes dificuldades que estas comunidades passam dia-a-dia. Perante este contexto, a ADRA, em parceria com a Administração municipal, iniciou em 2015 um projecto de “Resiliência à Seca” cujo o foco é a construção de sistemas de captação e retenção de águas pluviais (no período de maior concentração de chuvas) e a promoção da actividade agrícola, introduzindo culturas resistentes à seca e horticultura em pequena dimensão. Actualmente, estão em construção vários sistemas de captação e retenção de águas pluviais nas localidades do Luheque, Rio de Areia, Tunda, Garanja, Ngueia, Hongo, beneficiando cerca de 377 famílias. São estruturas, chamadas Cisternas Calçadão, com capacidade de armazenamento variável entre 250 a 52.000 litros.

Relatos da comunidade demonstram que têm



parte da sua vida facilitada, principalmente as famílias que residem nos Eumbos junto dos reservatórios. “Hoje, é notável o sorriso nos lábios de cada família porque conseguem com a água, tomar banho, lavar a roupa, dar de beber o gado, e a promoção da actividade agrícola, introduzindo culturas resistentes à seca e horticultura em pequena dimensão, coisa que ao longo de muitos anos alguns não se faziam por falta de água. As mulheres sentem-se mais aliviadas porque participam dos encontros e cada vez mais estão por dentro dos processos que acontecem nas suas comunidades”. “Com a água próximo de casa, me sinto muito feliz porque na minha lavra, cultivei a couve, batata doce, mandioca, massango e massambala. Com isso, consigo comprar sal, cadernos, óleo alimentar, bata para

os meus filhos e ter uma renda familiar mais ou menos estável”. O trabalho que a ADRA tem desenvolvido ao longo destes anos com as comunidades no município dos Gambos, têm trazido resultados significativos no que respeita a resiliência à seca e sustentabilidade das próprias comunidades na busca de soluções conjuntas adaptáveis a realidade locais de forma a ultrapassar as dificuldades que assolam as populações quanto ao acesso à água.

Texto: **Alice Peso**



PÃO PARA O MUNDO: O EMPENHO EM MUDAR VIDAS

A Organização Pão Para o Mundo foi criada no ano de 1959 com o objectivo de alcançar um mundo sem fome, sem pobreza e sem injustiça, no qual todas as pessoas possam ter uma vida digna.

Desde então, BfdW (Pão para o Mundo) tem se empenhado em prol da erradicação da fome, da pobreza e da injustiça.

A sua relação com a ADRA começou no início dos anos 90.

Com efeito, a primeira fase da parceria entre BfdW e ADRA começou em 1993/1994 com o financiamento do projecto “Catumbela” em Benguela.

No início, o financiamento da BfdW estava circunscrito à província de Benguela através do projecto “Catumbela” e do PDI (Programa de Desenvolvimento Institucional) da ADRA Benguela.

Naquela altura, BfdW integrava o consórcio de financiamento ao PDI da ADRA Sede. O consórcio era constituído por ICCO, Christian Aid, BfdW e ADRA. Misereor e ARO - Grupos

África da Suécia financiam acções pontuais do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) da ADRA Sede. Actualmente, a Pão Para o Mundo financia acções da ADRA-Sede e a Antena-Huíla/Cunene.

A parceria tem como objectivos: i) apoio à produção e desenvolvimento da agricultura familiar, ii) melhoria das condições de vida das populações rurais, iii) emergência e reforço das organizações comunitárias de base e movimento associativo e iv) reforço institucional da SC em



BOLETIM HUMBI-HUMBI



Angola.

Entretanto, com persistência, confiabilidade e eficácia, a organização trabalha, hoje, em mais de 90 países do globo, apoiando as pessoas pobres e desfavorecidas, independentemente de sua origem, idade ou religião.

BfdW é uma organização de ajuda das Igrejas protestantes na Alemanha.

“Estamos firmemente implantados em todas as Igrejas regionais e livres na Alemanha, nas suas

congregações e Serviços de Diaconia”, indica a organização no seu site de internet.

“Nosso trabalho é financiado através de doações, fundos estatais e fundos eclesiásticos. Usamos o dinheiro que nos é confiado de forma zelosa e transparente. Fazemos parte de redes internacionais, pois só podemos alcançar nossos objectivos através do intercâmbio e da cooperação com outras pessoas e organizações”, referem nos seus materiais de comunicação institucional.



“O que nos guia?”, questionam no seu material informativo.

“O amor ao próximo, o sofrimento que existe em tantos lugares do mundo toca-nos profundamente. Por isso, desejamos do fundo do coração ajudar e apoiar aqueles a quem falta o essencial para viver. Acreditamos que todos os seres humanos são filhos de Deus e iguais em direitos. Trabalhamos para apoiar aqueles, cujos direitos são desrespeitados e cuja dignidade é violada”, acrescentam.

Pão para o Mundo ajuda as pessoas em mais de 1.500 projectos em África, Ásia, América Latina e Europa do Leste.

Contactos:

Brot für die Welt
Evangelisches Werk für Diakonie
und Entwicklung e.V.
Caroline-Michaelis-Straße 1
10115 Berlim

Alemanha
Telefone +49 30 65211 4711
kontakt@brot-fuer-die-welt.de
www.brot-fuer-die-welt.de

Fonte: **Pão Para o Mundo**



RECOMENDAÇÕES DO OPSA E ADRA SOBRE O OGE REVISTO 2020

Pretendendo contribuir para um debate alargado e inclusivo sobre os processos de identificação dos problemas e definição de prioridades a constarem de futuros Orçamentos do Estado, o OPSA e a ADRA avançaram sugestões e recomendações, ao OGE Revisto 2020 aprovado, em Julho último, pela Assembleia Nacional.

Para que o país sobreviva da pandemia de COVID, na base das constatações e observações feitas, as organizações sugerem e recomendam o seguinte:

• *Não é viável pensar num paradigma que coloca a saúde em oposição a economia.*

A estratégia de abordagem tem que enquadrar as duas vertentes num modelo único. E também imprescindível estudar o impacto das diferentes medidas na saúde da população e na economia.

• *Não é útil investir em serviços hospitalares se não se investir também naquilo que seja necessário para ter uma Saúde Pública funcional e uma rede adequada de laboratórios que suporte o sistema de saúde pública e crie oportunidades para uma saúde mais preventiva do que curativa;*

• *O maior programa de protecção social nos pais é o sector informal: 63% da população activa é empregada no sector informal que é explicado, em parte, pela actividade agrícola familiar. Até existir uma alternativa, o sector informal deverá ser facilitado, apoiado e protegido, em vez de ser combatido;*

• *A COVID impõe-nos analisar a paixão que o país tem com tudo que é grande, centralizado e aglomerado. Para combater o COVID, e para que sobrevivamos num mundo pós-COVID, o serviço público e as organi-*

zações privadas terão de ser mais pequenos, ágeis, descentralizadas e digitalizadas.

• *Luanda esta sob cerca sanitária. Não há razão para que o resto de país não se desenvolva normalmente. Mas não pode: está tudo concentrado em Luanda. Na verdade, 94% dos créditos bancários concedidos em 2019 foram para empresas em Luanda. Luanda não é Angola, mas as políticas de Estado tenham de ser elaborados afim de corrigir os erros do passado e não continuar a reforçar o peso de Luanda na economia.*

Assim, recomenda-se

1º. Que os OGE's futuros sejam capazes de garantir a montagem de mecanismos de alerta rápido, a nível do sistema de saúde pública, que garantam a vigilância epidemiológica, a rapidez na testagem em massa, a recolha dos casos suspeitos e outros elementos necessários para controlo das pandemias e endemias que venham assolar o nosso país.

2º. Que se crie um sistema de protecção social capaz de minimizar os impactos sociais do confinamento social. A eficiência das abordagens sobre cerca sanitária, controlo sanitário, confinamento social e outras que mexem com a condição de sobrevivência das famílias dependerá sempre da capacidade do Estado em proteger os grupos mais marginalizados.

3º. Que se desenvolva um programa de formação e capacitação global e de disponibilidades de equipamentos médicos, para os profissionais de saúde em todas as províncias, com vista à sistematização eficiente dos mecanismos de actuação das emergências médicas (criação de equipas de resposta rápidas). Com a globalização do mundo, os caminhos para actos de contaminação em massa, tornaram-se mais curtos, pelo que o país deverá adoptar decisões

BOLETIM HUMBI-HUMBI

antecipadas para minimização dos impactos.

4º. Que haja prioridade na criação de condições de base para garantir a higienização e o fluxo seguro dos utentes, nos hospitais. Há muitas unidades no país que nem água corrente e capacidade sanitária têm. O que não permite um serviço de assistência médica fiável, que garanta a sobrevivência das famílias.

5º. Impõem-se um conjunto de acções socioeducativas para mudança de comportamento comunitário, para redução da violação das cercas sanitárias, para minimização dos custos com o suporte da doença e para melhor controlo dos impactos.

6º. É importante projectar-se e planear os recursos de saúde pública para o controlo até o fim do ano e observar a necessidade que o país tem de adoptar políticas e procedimentos claros na aplicação de testes moleculares e testes serológicos que optimizam o uso de recursos limitados.

7º. A definição de um plano claro para descentralizar a função de laboratório; se possível, construir hospitais de campanha dentro de semanas, pode-se equipar laboratórios regionais e formar técnicos existentes ou destacar técnicos para províncias que não tenham o pessoal com o perfil necessário. A intenção será o controlo dos constrangimentos com os atrasos na entrega de resultado e com o vínculo entre o teste e busca dos seus respectivos contactos.

8º. Que sejam dedicadas atenção especial na gestão dos serviços de saúde, não somente de referência mas também a rede de cuidados primários. É importante assegurar a monitoria contínua de condições de biossegurança. Não é suficiente dizer que o material foi adquirido citando em toneladas. O que é preciso saber é informar sobre qual a percentagem das unidades que tenham o material em quantidade e qualidade correspondendo as tarefas executadas. As Unidades Sanitárias estão a receber o material de maneira aleatória. Devem recebê-lo em função de número de pessoal e os serviços prestados.

9º. Realizar testes serológicos por amostras representativas e de forma contínua para pes-



soal de saúde; se acontecer aglomerados de infecção dentro dos serviços de saúde que não sejam controlados atempadamente, a situação poderá tornar-se caótica. O facto da polícia fazer primeiros os testes, antes do pessoal da Saúde diz tudo sobre as prioridades. As duas medidas, de biossegurança e vigilância por testes ajudará a controlar a situação. A Polícia pode fazer testes mas com amostras calculados de maneira diferente. A notar que em muitos municípios, os orçamentos para os serviços primários de saúde foram reduzidos para canalizar o dinheiro para COVID. É imperativo que os serviços de cuidados primários de saúde funcionem da melhor maneira possível para evitar enchetes nas unidades hospitalares.

10º. Importa garantir a criação de condições de funcionamento higiénico nos mercados e das autoridades locais e do Governo da Província. Encerrar mercados por causa da incapacidade de criar as condições, agudiza a pobreza e põe em risco a sobrevivência das famílias.

11º. Que o princípio da publicidade obrigue maior transparência nos diferentes programas de protecção social existentes, a exemplo do programa Kwenda. Quem são os beneficiários? Medição dos impactos? Valores gastos? Sistemas de fiscalização e outras informações credíveis e factíveis.



ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

A ADRA actua em três níveis territoriais de forma integrada e complementar: ao nível municipal, nível provincial e nível nacional. Em Luanda/Sede são desenvolvidas as acções maioritariamente de lobby e advocacia social que têm abrangência nacional.

Nas restantes seis províncias Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Malanje e Namibe, as acções são dirigidas aos municípios e comunidades.



Tef: +244 222 396 683

Email: adra.administracao@adra-angola.org

www.adra-angola.org

www.facebook.com/adraangola.adra

WhatsApp da ADRA – 943 203 634

Praceta Farinha Leitão nº27, 1ºAndar, Dto, C.Postal 3788, Maculusso, Luanda - Angola



NOSSOS PARCEIROS

